



Editorias

- Capa
- Brasil
- Buchicho
- Ceará
- Charge
- Colunas
- Economia
- Eleições 2006
- Especiais
- Fortaleza
- Gol
- Há 75 Anos
- Mundo
- Ombudsman
- Opinião
- Pesquisa
- Política
- Páginas Azuis
- Semanais
- Vida & Arte

Serviços

- Edições Anteriores
- Enquetes
- Fórum
- Ombudsman
- Pesquisa
- Webmail

Rádios

- AM do Povo/CBN
- Calypso FM
- Mix FM



FORTALEZA, SEGUNDA-FEIRA, 11 de Setembro de 106

PENSAR - O MUNDO DO AMANHÃ
Dívida e injustiça

As dívidas externa e interna impedem a adoção de qualquer política pública consistente que possa reverter as condições de injustiça em que vive a maioria da população brasileira

Magnólia Said e Marcus Vinicius de Oliveira
Especial para O POVO

09/09/2006 22:14

O Ceará é um Estado pobre, situado no nordeste de um país rico com disparidades regionais e intra-regionais. Tendo em vista não se ter no País políticas de desenvolvimento regional que tratem diferentemente os diferentes, uma das opções de financiamento ao desenvolvimento é o acesso a recursos externos.



SEDE DO Banco Mundial em Washignton: ações compensatórias (Banco de dados)

Em 1986, no Ceará inicia-se um ciclo de "modernidade" em oposição ao coronelismo rural, tendo como âncoras de crescimento, grandes obras: refinaria, siderurgia, porto do Pecém, ampliação do aeroporto (atrelada a um projeto de turismo predatório) e Castanhão. A questão social vira questão de mercado, dando-se à reforma agrária uma nova versão, com a compra e venda de terras. O desmonte da máquina pública também é implementado com rigor.

A concepção do projeto "mudancista" não foi gestada no Ceará. Nasceu atrelado ao modelo de crescimento gestado no Consenso de Washington e materializado nos Documentos de Estratégia do Grupo Banco Mundial

Tempo FM

Especiais

Carnaval 2006
 Ceará Mirante
 Ceará Mirante - Cari
 Ceará Mirante - Jagu
 Ceará Mirante - Lito

(Documento de Estratégia de Assistência ao País - CAS) e Banco Interamericano (Documento de País - CP) para os países dos continentes latinoamericano e africano. No CAS e CP vamos encontrar "coincidências" com o projeto dos governos das mudanças em termos de diretrizes políticas e de projetos a serem financiados.

As prioridades e projetos do Banco Mundial e do BID materializam o apoio a ações compensatórias, para amenizar danos causados pelo ajuste estrutural, em especial à agricultura familiar. Banco Mundial e BID são hoje os grandes financiadores do modelo de crescimento do Estado nesses 20 anos.

Esse modelo se inicia com Tasso em 1986 e continua no governo Collor que insere o País na globalização sem um projeto nacional. FHC recebe a herança Collor, mantendo adesão ao modelo com diferenças no estilo. Lula aprofunda e consolida o modelo neoliberal, realizando as "reformas" que FHC não realizou, tanto pela reação do antigo PT como dos movimentos sociais. As duas lógicas se confundem. O projeto estadual passa a ser o projeto nacional em menor escala.

Os financiadores desse modelo são os bancos multilaterais - Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Financeira Internacional (CFI) -, os bancos estatais (Banco do Brasil, BNB, BNDES, Caixa Econômica), corporações privadas nacionais e internacionais e organismos multilaterais públicos - Japan Bank for International Cooperation (JBIC), Banco Internacional de Crédito (BIC), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW). A relação com essas instituições é, a um só tempo, de pacto e subordinação, sustentada pelo fato gerador de um dos principais problemas do país: a dívida pública brasileira.

As dívidas externa e interna bloqueiam e impedem quaisquer políticas públicas consistentes que revertam as condições de injustiça em que vive hoje, a maioria da população no país. O ciclo vicioso da dívida produz muitos estragos: provoca redução de gastos com setores essenciais; inibe novos investimentos que resultariam na ampliação do emprego; penaliza a população através de tributos e tarifas exorbitantes e, o mais grave, induz à realização de negócios que ameaçam nossa soberania, como a venda de empresas nacionais (Vale do Rio Doce, Eletrobrás, Coelce, Telebrás) e a venda de poços de petróleo para multinacionais (Shell e Repsol), cujo ônus recai para a população, devido aos altos preços cobrados pelos combustíveis e passagens de ônibus.

Esses organismos interferem de todo modo nas políticas do Estado, desde o econômico ao político, técnico, social e ambiental, determinando quais e como devem ser as políticas públicas. O empréstimo de ajuste fiscal do Banco Mundial ao Estado em meados de 2005 (U\$240 milhões), para pagamento de juros da dívida e não para execução de políticas públicas como o governo quis fazer crer, diz bem dessa interferência. Outro fator da coerência entre a política dos bancos multilaterais e o Estado, foi um maior estímulo do BID ao setor privado, defendido pelo governo Lula durante a última Assembléia de Governadores do BID (abril de 2006) para fazer deslanchar as Parcerias

Público-Privado (PPPs). Nessa Assembléia, foi também aprovado o mecanismo de empréstimo direto a Estados e Municípios, sem passar pela União, com a condição de que seja através das PPPs, para expansão do setor privado.

Através das PPPs o Estado abre mão de sua ação indutora do desenvolvimento, transferindo essa responsabilidade para a iniciativa privada, pela impossibilidade de canalizar recursos suficientes para investimentos em infra-estrutura. Megaprojetos hídricos do executivo federal são reforçados no âmbito estadual, como a transposição do São Francisco, desconsiderando-se os impactos a populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas e a degradação ambiental. A interferência das multilaterais nas políticas públicas se reflete ainda na execução de um II PCPR nos marcos da Reforma Agrária de Mercado.

Outra importante fonte de financiamento do Estado, com uma Carteira de R\$60 bilhões, é o BNDES cuja missão seria promover o desenvolvimento social, mas investe prioritariamente em agroindústria e infra-estrutura, em regiões política e geograficamente mais importantes para a integração regional (Sudeste e Sul), a partir da mesma lógica que orienta as multilaterais.

Com tantos recursos, o ideal seria que o banco apoiasse projetos que favorecessem emprego de qualidade, geração de tecnologias apropriadas socialmente, distribuição de renda, promoção dos direitos das mulheres, superação das desigualdades raciais e respeito ao meio ambiente. Mas seus financiamentos em geral, têm provocado danos ambientais e violações de direitos, como é o caso do financiamento à carcinicultura, cujos impactos decorrentes da instalação de fazendas de camarão resultam no desmatamento de manguezais, poluição de rios, morte de peixes e violência sobre as famílias que vivem daquele ecossistema.

Os bancos privados nacionais também se diversificam para auferir mais lucros. Em 2004 o Banco Real assumiu o Fundo de Investimentos, criado pelo BID (R\$1,5 bilhão), para aplicar em rodovias, portos e pontes no país. Além de gestor, o banco é também cotista do Fundo, tendo como principal função trazer novos investidores. Em suma, o Real entra com a certeza de lucro certo, pois para receber bônus e dividendos como cotista, certamente aplicará taxas de juros mais altas.

Os rumos do financiamento ao desenvolvimento, exigem uma agenda que promova mudanças nas relações governos- multilaterais e nas políticas dos bancos públicos estatais.

No caso do BID e Banco Mundial, dadas as distorções na relação, algumas mudanças são necessárias: a) não aceitar condicionais para os desembolsos de empréstimos; b) não aceitar assistência técnica para a execução de políticas e projetos; c) rever os processos de negociação entre banco e tomador, para ampliar a participação na discussão do empréstimo; d) desvincular o pedido de empréstimo da execução orçamentária do Estado, para evitar que políticas públicas sejam redirecionadas; e) criar um sistema de controle social que acompanhe a negociação, execução e avaliação

dos impactos do projeto; f)realizar audiências públicas com representação do Banco, governo e sociedade civil, antes da aprovação e durante a execução do projeto, para evitar e/ou corrigir impactos que afetem tanto as populações como o meio ambiente.

É possível um outro tipo de financiamento ao desenvolvimento e outro tipo de relação com os financiadores do desenvolvimento? É possível e necessário, para por fim à desumanização das políticas no Estado.

O crescimento de indústrias, hotéis, universidades privadas e o incremento do comércio, não se materializou em desenvolvimento. Continuamos entre os Estados mais pobres e mais concentradores de riqueza do País. Essa realidade está colada ao perfil focalizado, clientelista e compensatório do governo. Para um determinado setor, as elites, o governo mostra uma outra face, favorecendo o turismo predatório e o agronegócio. É possível viabilizar um projeto que recupere padrões de igualdade, reduzindo a influência das multilaterais na aplicação, em nível local, das reformas neoliberais. Investimentos intra-regionais, favorecendo o local; política de renda com qualificação profissional e proteção de direitos sociais; crédito e assistência técnica rural diferenciada; cobrança de tributos que considere as diferenças sociais, dispensariam a relação subordinada que o governo tem hoje com instituições de crédito públicas e privadas.

Essas mudanças não podem ser enfrentadas apenas pelo Estado, mas ele pode influir. Essa influência pode ser maximizada a partir de alianças entre governos estaduais e entre países do continente para que mantenham nessas estruturas, representações comprometidas com um desenvolvimento justo e incluyente. Mas, esses pactos só terão real efetividade se houver uma articulação política que vá de encontro ao grande acionista desses bancos, o governo dos EUA. A existência e a importância dessas instituições somente deverá se justificar pela contribuição que elas possam dar a um projeto de desenvolvimento autônomo, incluyente e justo.

Magnólia Azevedo Said e Marcus Vinicius de Oliveira são, respectivamente, presidenta e diretor técnico do Esplar (Centro de Pesquisa e Assessoria).

 [imprima esta notícia](#)  [envie esta notícia](#)

[Política de Privacidade](#) · [Aviso Legal](#) · [Publicidade OnLine](#) · [Faça dessa sua Home](#) · [Contato](#) · 

Copyright © 2001-2006 · www.opovo.com.br · todos os direitos reservados · 800x600 ou superior · ie6+